



Santa Casa da Misericórdia  
São Brás de Alportel

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

### **1. QUEM SOMOS**

A Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, adiante designada por Misericórdia, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, prestadora de serviços nas áreas Sociais, da Educação e da Cultura. As suas atividades são assentes na doutrina católica e inspiradas nas catorze obras de Misericórdia. Para dar cumprimento ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 – RGPD a Misericórdia criou a presente Política de Privacidade, que tem como objetivo uniformizar os procedimentos de recolha e tratamento dos dados pessoais de forma segura, e garantindo a privacidade dos utentes, familiares, colaboradores, irmãos, fornecedores, parceiros, voluntários e de todos, em geral.

### **2. COMPROMISSO DA MISERICÓRDIA**

A sua segurança é um compromisso desta Misericórdia, pelo que a recolha direta ou indireta de dados pessoais implica o conhecimento desta política de privacidade e de quaisquer outros termos e condições específicos, referentes aos serviços prestados e o consequente consentimento, salvo se os mesmos forem recolhidos por imposição legal ou fim legítimo.

Para garantir a sua privacidade e a proteção dos seus dados pessoais, que constitui um compromisso fundamental desta Misericórdia, foram tomadas as medidas necessárias por forma a cumprir o RGPD e garantir a sua proteção e confidencialidade, assegurando que o tratamento dos mesmos seja lícito, leal e transparente (princípios da licitude, lealdade e da transparência), recolhendo apenas a informação adequada e pertinente à finalidade a que se destina (princípio da minimização dos dados, art.º 5º do RGPD).

Para determinadas finalidades, esta Misericórdia, apenas poderá tratar os dados pessoais se obtiver o consentimento prévio, informado e expresso dos seus titulares. Assim, ao disponibilizar os seus dados pessoais, está a autorizar a recolha, uso e divulgação dos mesmos de acordo com as regras aqui definidas e com a lei vigente. A confiança depositada na Misericórdia, ao facultar os seus dados pessoais, é fundamental para garantir a eficácia dos serviços, assim como a divulgação segura e responsável das nossas iniciativas e eventos, por meios de divulgação ou comunicação seguros, na salvaguarda dos interesses de cada um.

### **3. DADOS PESSOAIS**

É toda e qualquer informação que possa identificar diretamente ou indiretamente um indivíduo, independentemente do respetivo suporte, pelo que não abrange os dados de pessoas coletivas.

Os dados pessoais poderão, em determinadas situações, possuir uma natureza mais sensível (origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, informação genética, identificadores biométricos, vida sexual, saúde), tendo por isso um tratamento especial.

A recolha de dados pessoais e respetivo tratamento é efetuado pela Misericórdia no âmbito dos serviços por si prestados e com as finalidades adjacentes ao funcionamento, mediante comunicação e autorização do titular dos dados pessoais. Poderão ser recolhidos dados pessoais: eletronicamente, por preenchimento de fichas de inscrição, na elaboração de contratos, no levantamento de casos sociais, entre outros.

### 3.1 CATEGORIA DE DADOS PESSOAIS

Internas	<b>Conhecimento e Crenças</b>	Informação relativo a crenças religiosas, crenças filosóficas, pensamentos, o que sabem e não sabem, o que alguém pensa.
	<b>Autenticação</b>	Informação usada para autenticar um indivíduo com algo que ele sabe; senhas de acesso, PIN.
	<b>Preferência</b>	Informação acerca de preferências ou interesses; opiniões, intenções, interesses, comidas preferidas, cores, gostos, não gostos, música.
Externas	<b>Identificação</b>	Informação relativo a nome, número de identificação, número de identificação fiscal, número identificação segurança social, fotografia, assinatura, morada, contato telefónico, ou endereço de correio eletrónico.
	<b>Dados Biográficos</b>	Data de nascimento, sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil, informação sobre o agregado familiar, habilitações académicas, ou dados sobre a profissão.
	<b>Dados Genéticos</b>	Dados pessoais relativos às características genéticas, hereditárias ou adquiridas de uma pessoa singular.
	<b>Dados Biométricos</b>	Informação que descreve as características físicas de um indivíduo: altura, peso, idade, cor do cabelo, tonalidade da pele, género.
	<b>Saúde</b>	Dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, incluindo a prestação de saúde, que revelem informações sobre o estado de saúde, tipos de sangue.
	<b>Demografia</b>	Informação que descreve as características de um indivíduo partilhadas por outros, opiniões políticas, origem racial, faixas etárias, traços físicos, escalões de rendimento, geografia.
Históricos	<b>Histórias de Vida</b>	Informação acerca do historial pessoal de um indivíduo: situações que aconteceram na vida pessoal a ele diretamente ou à volta dele que podem ter influenciado a sua vida.
Financeiros	<b>Conta</b>	Informação que identifica a conta financeira de um indivíduo, número de conta bancária.
	<b>Propriedade</b>	Informação acerca de coisas que o indivíduo tem, arrendou, emprestou ou possuiu; automóveis, casas, apartamentos, bens pessoais.
	<b>Transações</b>	Informação acerca das compras, despesas ou receitas um indivíduo; compras, vendas, crédito, receitas, registos de empréstimos, transações, impostos, hábitos de compras.
Sociais	<b>Profissional</b>	Informação acerca da carreira académica ou profissional; cargos, salário, historial de trabalho, escolas frequentadas, empregos, avaliações, entrevistas, certificações.
	<b>Criminal</b>	Informação acerca da atividade criminal de um indivíduo; condenações, acusações.
	<b>Família</b>	Informação acerca da família de um indivíduo e as suas relações; estrutura familiar, filhos, irmãos, primos...

### 3.2 RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

O responsável pela recolha e tratamento dos seus dados pessoais é a Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, com sede na Praceta da Misericórdia nº 20, 8150-137 São Brás de Alportel, Número de Identificação de Pessoa Coletiva 501 461 906.

A recolha de dados pessoais é efetuada no âmbito da prestação de serviços e da sua atividade em geral, pelo que a decisão sobre quais os dados a recolher, os meios de tratamento e a finalidade dos mesmos é da nossa responsabilidade, estando garantido o respeito pela sua privacidade e pela sua proteção.

Existe um encarregado da Proteção de Dados, responsável pela monitorização e conformidade com o tratamento dos dados, no respeito pelas normas aplicáveis e legislação em vigor. O Encarregado de Proteção de Dados também tem a função de interlocutor entre o utilizador / utente e a organização, para esclarecimento de todas as situações relativas ao tratamento de dados pessoais.

Para efeitos de garantia dos direitos do titular dos dados deverá, este, efetuar o pedido através de carta endereçada ao Encarregado de Proteção de Dados ou do endereço de correio eletrónico: [epd@misericordiasaobras.pt](mailto:epd@misericordiasaobras.pt).

Nos termos legais, o titular dos dados tem o direito de apresentar uma reclamação, em matéria de proteção de dados pessoais, à autoridade de controlo competente, neste caso à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

### 3.3 NECESSIDADE DE RECOLHER DADOS PESSOAIS

A recolha de dados pessoais é efetuada através do preenchimento de fichas de inscrição, reinscrição de utentes, candidaturas a emprego, proposta de admissão de Irmãos, fichas individuais de utentes, fichas clínicas, registos de animação, recolha eletrónica de dados, entre muitos e muitos outros. Tem como objetivo a admissão e a gestão de utentes, das suas necessidades, nas diversas respostas sociais, e de muitos outros serviços, dos colaboradores da Instituição, de entidades externas – individuais ou coletivas – com os quais se estabelecem contratos, parcerias, protocolos, fornecimentos ou prestação de serviços.

Os dados pessoais poderão ter uma natureza mais sensível em determinadas situações, sendo classificados como dados pessoais sensíveis e estes referem-se à origem racial ou étnica, as suas opiniões, convicções religiosas, informação genética, indicadores biométricos, dados relativos à saúde.

Também poderão ser recolhidos dados financeiros, tais como, informações acerca de número de conta, direito de propriedade, transações e dados sociais relativos à situação profissional, cadastral e familiar.

O fornecimento de dados pessoais é parcialmente exigido por lei. A necessidade de elaboração de um contrato obriga o titular de dados a fornecê-los sem a necessidade de autorização expressa. A não disponibilização dos dados inviabilizará a celebração de um contrato.

No entanto, o tratamento destes dados é feito mediante uma declaração de autorização de tratamento de dados para processamento de dados ou de uma autorização tácita.

### 3.4 QUANDO E COMO RECOLHEMOS OS SEUS DADOS

A Misericórdia recolhe os dados pessoais: presencialmente, pelo telefone e via eletrónica, entre outros. Recolhe na secretaria, desta Misericórdia, e nos diversos serviços, por escrito ou verbalmente, através do preenchimento de inscrições, pedidos, elaborando contratos, diagnosticando casos sociais, em requerimentos e sempre mediante o seu consentimento e autorização. Por regra, os dados pessoais são recolhidos quando o utente, familiar, parceiro, voluntário, inquilino ou utilizador, subscreve um dos nossos serviços ou conosco colaborarem.

Alguns dados pessoais são de fornecimento obrigatório e, em caso de falta ou insuficiência desses dados, a Misericórdia não poderá disponibilizar o serviço ou efetivar o respetivo contrato. Pelo que se informará os utentes, familiar, colaboradores, parceiros e utilizadores da natureza obrigatória do fornecimento de dados.

Os dados pessoais recolhidos são tratados informaticamente e no estrito cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, sendo armazenados em base de dados específicas criadas para o efeito e, em situação alguma,

os dados recolhidos serão utilizados para outra finalidade que não seja para a qual foi dado o consentimento por parte do titular dos dados.

### 3.5 FUNDAMENTOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS

- **Consentimento**

O consentimento apenas é considerado válido se corresponder a uma “manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento” e no âmbito das finalidades específicas autorizadas.

O titular dos dados pode retirar o consentimento a todo o tempo, sem que isso comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

- **Execução de contrato e diligências pré-contratuais**

Quando o tratamento de dados pessoais seja necessário para a celebração, execução e gestão do contrato em que o titular dos dados é parte interessada, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.

- **Cumprimento de obrigação legal**

Quando o tratamento de dados pessoais seja necessário para cumprir uma obrigação legal a que a Misericórdia esteja sujeita, como por exemplo a comunicação de dados de identificação ou de tráfego a entidades policiais, judiciais, fiscais ou reguladoras ou de dados de localização para assegurar serviços de emergência.

- **Interesse legítimo**

Quando o tratamento de dados pessoais corresponda a um interesse legítimo da Misericórdia ou de terceiros, como por exemplo o tratamento de dados para melhoria de qualidade de serviço, a deteção de fraude e proteção dos interesses legalmente protegidos, e quando os nossos motivos para a sua utilização devam prevalecer sobre os seus direitos de proteção de dados.

- **Consentimento por menores**

No caso de tratamento de dados pessoais de menores, que possam estar sujeitos a consentimento prévio, a Misericórdia exigirá que seja prestado consentimento por parte dos detentores das responsabilidades parentais.

### 3.6 FINALIDADES DO TRATAMENTO

Em geral, os dados pessoais recolhidos destinam-se à gestão da relação pré-contratual, à prestação dos serviços contratados, à adequação dos serviços às necessidades e interesses do Utente, dos Fornecedor, do Colaborador, parceiro, Inquilino, nomeadamente para efeitos de acesso a funcionalidades específicas dos serviços.

Poderá no entanto, disponibilizar-nos dados pessoais para outras finalidades, tais como para os efeitos de reclamações e sugestão, e/ou dar a conhecer campanhas, promoções publicidade e notícias sobre serviços da Misericórdia, bem como a realização de estudos de mercado, inquéritos de avaliação, exposição de trabalhos.

Finalidades de Tratamento	Exemplos
Gestão de Utentes e Prestação de Serviços (Saúde, Apoio Social, ERPI, Jardim Infância, ATL, Centro Jovens, Cultura, Lazer, Arrendamentos)	Inscrição nas Respostas Sociais Celebração de Contrato de Prestação de Serviços Gestão Administrativa e Organizacional Gestão de Reclamações ou incidentes Gestão de Contatos, informações ou pedidos Marcação de consultas, exames, Prestação de Cuidados de Saúde Fichas Individuais de Utentes

Colaboradores	Adendas a Contratos de Trabalho
	Processamento de Salários
	Avaliação e Desempenho
	Medicina no Trabalho
	Gestão Administrativa e fins legais do funcionamento da Instituição
Recrutamento	Apresentação espontânea de candidatura a emprego
	Celebração de Contrato Trabalho
Irmãos	Informações decorrentes das imposições estatutárias
Voluntariado	Angariação e seleção de candidatos, admissão, formação e acompanhamento
Fornecedores e outros Parceiros	Celebração de Contratos e Protocolos
	Gestão de Contatos, informações ou pedidos
Serviços Contabilísticos, Fiscais e Administrativos	Registo Contabilísticos e faturação
	Informação fiscal, incluindo envio de informar à Autoridade Tributária
Marketing e Publicidade	Marketing e publicidade de novos serviços
	Gestão de Parcerias Comerciais
	Registo fotográfico e multimédia das atividades e eventos
	Exposição de trabalhos na Instituição
Gestão de Contencioso	Cobrança judicial e extrajudicial
	Gestão de outros conflitos
Deteção de fraude, proteção de interesses legítimos e auditoria	Deteção de fraude e práticas ilícitas
	Auditoria e investigação internas
Cumprimento de obrigações legais	Resposta a entidades judiciais, de regulação e de supervisão, nomeadamente a entidades públicas da área da saúde, da segurança social e tribunais
Controlo da segurança da informação	Gestão de acessos e monitorização dos sistemas de informação e infraestruturas tecnológicas
	Gestão de <i>backups</i>
	Gestão de incidente de segurança
Controlo de acesso biométrico	Gestão de acesso de visitas
	Gestão de assiduidade e pontualidade de colaboradores
Controlo da segurança física	Sistema com acesso restrito à instituição
	Registos fotográficos e biográficos dos beneméritos
Cultural	Livros e documentos literários e históricos
	Documentação diversa de interesse museológico

#### 4. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS

Consagramos e respeitamos o conjunto de direitos, agora, vinculados pelo-RGPD e que desta forma resumimos:

Direito do Titular	Descrição
Direitos de Acesso	Direito a obter a confirmação de quais são os seus dados pessoais que são tratados e informação sobre os mesmos, como por exemplo, quais as finalidades do tratamento, quais os prazos de conservação, entre outros.
Direitos de Retificação	Direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que os dados pessoais incompletos sejam completados, como por exemplo a morada, o NIF, o correio eletrónico, os contactos telefónicos, ou outros.
Direito de Limitação	Direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, sob a forma de: (i) suspensão do tratamento ou (ii) limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.
Direito de Oposição	Direito de se opor a qualquer momento a um tratamento de dados, desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades.
Direitos de Apagamento dos Dados e Direitos a ser Esquecido	Direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação, nomeadamente o de conservar os dados para cumprir uma obrigação legal de preservação para investigação, deteção e repressão de crimes ou porque se encontra em curso um processo judicial.
Direitos à Portabilidade	Direito de receber os dados que nos forneceu em formato digital de uso corrente e de leitura automática ou de solicitar a transmissão direta dos seus dados para outra entidade que passe a ser o novo responsável pelos seus dados pessoais, desde que, tecnicamente possível.
Direito de Retirar o Consentimento	Direito de se opor ou retirar o seu consentimento, a qualquer momento a um tratamento de dados, desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades.
Direito a reclamar	Direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional Proteção Dados.

## 5. PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados, varia de acordo com a finalidade para a qual a informação foi recolhida ou tratada.

Efetivamente existem requisitos legais que obrigam a conservação dos dados por um período de tempo mínimo. Não existindo uma necessidade legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para a prossecução das finalidades que motivaram a sua recolha ou do tratamento posterior, findo o qual os mesmos serão eliminados.

## 6. TRANSMISSÃO DE DADOS A TERCEIROS

Os seus dados pessoais podem ser transmitidos a terceiros com quem a Misericórdia, por força da lei, acordo particular ou contrato, esteja obrigada ou vinculada a comunica-los, como por exemplo é a segurança social,

autoridade tributária, IEFP, seguradoras. No entanto serão implementadas medidas organizativas e técnicas que garantam o cumprimento das nossas políticas de privacidade, por terceiro, e o cumprimento da própria lei.

Caso seja exigido os dados pessoais, por auditores ou autoridades externas, o seu fornecimento será limitado ou estritamente necessário para que essas entidades possam executar adequadamente as tarefas e funções que, por via da lei ou contrato, lhes estão consentidas.

Nos restantes casos, não serão transmitidos dados a quaisquer outros terceiros sem o prévio consentimento do titular de dados. A Misericórdia não procede à divulgação ou partilha dos seus dados pessoais para fins comerciais ou de publicidade.

A Misericórdia utilizará e processará os dados recolhidos, como são exemplo o endereço eletrónico e o número de telefone móvel, para troca de informações contratuais, divulgação, apresentação de serviços e eventos. Poderá a qualquer momento e a seu pedido, solicitar o cancelamento do seu uso deixando de receber tais notificações.

## **7. MEDIDAS DE SEGURANÇA**

A Misericórdia tem vindo a adotar e a implementar sistemas de segurança informática, regras e outros procedimentos de forma a garantir a proteção dos dados pessoais, bem como para prevenir o acesso não autorizado aos dados, o uso impróprio, a sua divulgação, perda ou a destruição.

Divulgamos aos nossos colaboradores procedimentos de proteção de dados pessoais com vista a assegurar o seu conhecimento, sobre as suas obrigações que são impostas nesta matéria, assim como conheçam a força destas regras e da própria lei.

Temos igualmente implementadas normas de conduta e ética, com regras de sigilo e confidencialidade que estabelecem o compromisso dos nossos colaboradores não revelarem a terceiros ou utilizem, para fins contrários à lei, qualquer informação pessoal dos nossos utentes, familiares, colaboradores e de terceiros cujo conhecimento lhes advenha do exercício das suas funções.

## **8. COOKIES**

Os *cookies* usados pela Misericórdia são armazenados até que o utilizador os renova do seu browser. Quando nos contatam a pedir uma informação, guardamos os seus dados pessoais durante o tempo necessário para processar e efetivar o seu pedido.

A Misericórdia pode utilizar cookies à medida que navega na nossa página de Internet. Todas as informações relacionadas com a recolha e utilização de cookies pela Misericórdia, bem como as respetivas opções constam da nossa Política de Cookies.

## **9. ALTERAÇÃO DA POLITICA DE PRIVACIDADE**

A Misericórdia reserva-se ao direito de, em qualquer momento, proceder a modificações ou atualizações do presente documento, numa perspetiva de melhoria contínua e de garantia dos direitos individuais e da proteção dos dados pessoais, sendo que essas alterações devidamente anunciadas no *website* da Instituição. Pelo que sugerimos a consulta regular a este documento.

Este documento define o compromisso e as regras associadas à **Privacidade e Proteção de Dados Pessoais** dos utilizadores da Misericórdia e encontra-se disponível para consulta na secretaria desta Misericórdia e no site da Instituição em [www.misericordiasabras.pt](http://www.misericordiasabras.pt).

São Brás de Alportel, 16 de outubro de 2018

O Provedor

---

Vice-Provedor

---

Tesoureiro

---

1º Secretário

---

2º Secretário

---